



POSIÇÃO DA UGT SOBRE O QUESTIONÁRIO “FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO 2014-2020”

A UGT deve, antes de mais, assinalar que o questionário apresentado se torna de difícil resposta num contexto em que, estando já definidas as grandes prioridades para o próximo quadro financeiro comunitário, não se encontram ainda porém claros as áreas e objectivos que caberão nos respectivos PO, bem como a forma como estes se articularão entre si (tipologias, financiamento).

Nesse sentido, e tendo presente o conjunto de questões agora apresentadas, entende a UGT que, mais relevante que uma resposta insuficiente às questões apresentadas, importará antes reiterar e desenvolver aquelas questões que se nos afiguram centrais na preparação do próximo quadro financeiro, bem como para a melhoria ou aperfeiçoamento dos modelos de governação e de acompanhamento face ao quadro anterior.

Como ponto de partida, não podemos deixar de salientar que, num quadro de fortes constrangimentos orçamentais e de graves dificuldades em termos de investimento público e privado, o futuro Quadro Financeiro e a forma como se operacionalizará assumem um carácter ainda mais decisivo para o nosso País.

Os objectivos centrais que estiveram na génese e evolução dos fundos estruturais devem ser mantidos, não podendo aqueles ser reduzidos ao papel de suporte do combate ao défice, mas antes continuarem a ser assumidos como verdadeiros instrumentos de desenvolvimento económico e de promoção da coesão social e territorial do País.

Para a UGT, no âmbito da preparação do próximo quadro financeiro comunitário, há um conjunto de matérias transversais que devem ser discutidas e, sempre que possível consensualizadas, entre o Governo e os Parceiros Sociais, com um forte envolvimento dos actores económicos e sociais:

- **A estratégia de desenvolvimento económico e social do País.** A identificação dos desafios e a definição de prioridades e objectivos estratégicos devem, em nosso entender, resultar de um processo amplamente participado, que envolva necessariamente os parceiros sociais. A UGT não pode deixar de sublinhar que não foi o que sucedeu, tendo o

Governo definido as principais prioridades sem qualquer consulta aos parceiros. Consideramos essencial que os parceiros sociais sejam devidamente consultados e ouvidos na próxima fase de preparação e concretização dos Programas Operacionais (PO).

Estando o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) interligado à implementação da Estratégia 2010 importará, a redefinição dos grandes objectivos e metas (nomeadamente emprego, pobreza,..) e a reformulação de políticas e instrumentos que criem condições para um mais forte crescimento económico e emprego afiguram-se-nos essenciais.

- **O modelo de Governação do quadro financeiro.** Neste domínio é desejável uma simplificação da arquitetura dos fundos, evitando estruturas e níveis desnecessários, mas sem cairmos numa excessiva centralização, nomeadamente a nível financeiro, que possa criar constrangimentos ao normal decurso das candidaturas. É ainda importante promover medidas de desburocratização no acesso aos fundos e na “tramitação administrativa”, visando melhorar a eficácia e a eficiência dos fundos estruturais. A simplicidade, transparência, celeridade, responsabilidade e participação são princípios que devem estar presente em todo o processo – negociação com Bruxelas, a definição de prioridades nacionais e o modelo de gestão e governação.

Especial atenção deverá ser ainda atribuída aos mecanismos de transição entre quadro financeiros, de evitar disrupções indesejáveis.

- **A participação dos Parceiros Sociais.** Não obstante alguns progressos registados, o envolvimento e participação dos parceiros sociais no acompanhamento e avaliação do QREN 2007-2014 tem sido insuficiente e claramente limitados à sua participação em comissões de acompanhamento, centradas mais na vertente informativa que consultiva. Também no que concerne à reprogramação recente do QREN ou ainda à preparação do próximo quadro financeiro, estes têm sido conduzidos à margem da concertação social e dos parceiros sociais.
- **Avaliação da aplicação dos fundos.** O acompanhamento e a avaliação permanente e participada da execução dos fundos e dos seus impactos na economia e na sociedade é uma questão fundamental que deve antecipadamente preparada. Para a UGT, aquela avaliação não pode resumir-se, como se verificou no passado, á vertente de execução física ou financeira dos fundos, devendo igualmente incidir sobre a análise dos reais impactos e efeitos na economia e sociedade portuguesas.

- **II. PRIORIDADES PARA A UGT**

A UGT regista a publicação da RCM nº 98/2012, de 26 de Novembro, que estabelece as orientações e prioridades políticas para prosseguir a programação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários bem como a negociação em curso com a Comissão Europeia, nomeadamente quanto ao Acordo de Parceria.

Com o já referimos, a UGT lamenta o não envolvimento dos parceiros sociais na fase de definição de uma estratégia de desenvolvimento económico e social para o País e na forma como os fundos estruturais deverão ser usados para a prossecução dos nossos objectivos.

Para a UGT existe um conjunto de questões prioritárias:

- 1. Garantir o acesso aos fundos**

- Cofinanciamento: tem de ser assegurado que os Estados possam pagar a contrapartida nacional; os Estados em dificuldade e em processo de reajustamento devem ter acesso a taxas de cofinanciamento comunitário mais elevadas.
- Não aceitação de duplas sanções que conduzem à redução de fundos nos países em dificuldade. O País não pode ser penalizado no acesso aos fundos por não cumprimento integral dos objectivos macroeconómicos.

- 2. Papel dos Fundos comunitários na dinamização do Investimento privado em contexto de crise**

- Políticas de investimento, com dimensão sectorial – criação de emprego e a capacidade competitiva, sobretudo das PME.
- Reforço do investimento em sectores de criação intensiva de emprego (Programas de reabilitação urbana, recuperação/ manutenção da rede viária, empregos verdes) – importância do envolvimento das autarquias.
- Criação de pólos de desenvolvimento no interior do País (a funcionar em rede /cidades sustentáveis).

- 3. Melhoria do emprego e da qualificação das pessoas**

É um dos objectivos do FSE e deve abranger adequadamente a formação inicial e a contínua, factores indispensáveis à competitividade do país.

- As verbas comunitárias, destinadas à melhoria da qualificação das pessoas, não podem ser usadas no financiamento das tradicionais funções e responsabilidades do Estado- como a Educação.

- Necessário discutir profundamente políticas para a qualificação das pessoas, numa perspectiva de curto e médio prazo e de desenvolvimento e modernização da nossa estrutura produtiva.

4. Reforço da mobilidade profissional

Portugal tem uma elevada mobilidade profissional, muitas vezes por razões que não se desejam - precariedade do emprego

- Fundos devem promover a mobilidade, mas evitar o dumping social (desqualificação) e ter em conta a qualidade do emprego.

5. Melhorar o apoio aos desempregados

Esta é uma dimensão que tem de ser reforçada, não só pelo elevado número de desempregados, como também pelo peso crescente dos desempregados que não têm qualquer protecção financeira.

- Papel relevante dos Centros de Emprego no apoio à empregabilidade;
- Importância da qualificação e requalificação/ reconversão profissional dos desempregados.
- As medidas activas dirigidas aos desempregados não podem continuar desligadas de objectivos de qualificação profissional e das necessidades do mercado.
- Importância de políticas activas de emprego, em especial os Estágios profissionais e medidas similares.
- Papel do “Impulso Jovem” no apoio a jovens desempregados.

6. Combate à pobreza e a promoção da inclusão

- O combate à exclusão e à pobreza é central, especialmente neste contexto económico e social

7. Modernização das empresas, com valorização do emprego

- Promover o desenvolvimento de políticas sectoriais integradas;
- Abranger sectores tradicionais ou em dificuldades, mas também os sectores mais modernos e inovadores (apoio à inovação);

8. Implementação dos Programas

- Melhoria da coordenação e articulação entre os programas e os seus objectivos
- Simplificação dos processos, atendendo nomeadamente aos novos públicos abrangidos.
- Maior participação e transparência de gestão.

- Fundos devem estar em permanente avaliação e adaptação, sem por em causa os seus objectivos gerais.
- Necessidade de atender às necessidades de empresas e cidadãos- importância do papel da Administração Pública.
- Necessidade de melhorar a afectação de verbas e de assegurar, desde o início, taxas de execução elevadas.

11-06-2013